

ARTIGOS

DA (DES)CONTINUIDADE DOS CASOS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS:

A cobertura sobre a violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico

ELTON ANTUNES

Universidade Federal de Minas Gerais

ELIZIANE CONSOLAÇÃO LARA

Universidade Federal de Minas Gerais

Copyright © 2013
SBPjor / Associação
Brasileira de
Pesquisadores em
Jornalismo

RESUMO - Este trabalho discute as presenças e as ausências que os relatos jornalísticos colocam em jogo ao abordar a violência cometida contra crianças e adolescentes por pessoas com as quais eles possuem vínculos consanguíneos ou de confiança e convivência. A análise parte de textos (cartas de leitores, artigos, editoriais, notícias e reportagens) publicados nos anos de 2008 e 2009, em três jornais diários do estado brasileiro de Minas Gerais: Estado de Minas, O Tempo e Super Notícia. Com o auxílio da Análise de Conteúdo, sistematizamos os relatos e apontamos os tipos de violência que aparecem com mais frequência, assim como os locais em que essas ocorrências se desenrolam e os atores apontados como responsáveis pelo gesto violento. Discutimos então como os jornais analisados confirmam a existência de “vítimas preferenciais” e de que maneira determinadas ocorrências recebem mais atenção do que outras.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes. Imprensa diária. Violência.

DE LA (DIS)CONTINUIDAD DE LOS CASOS EN LOS PERIÓDICOS: la cobertura sobre la violencia contra niñas, niños y adolescentes en su grupo doméstico

RESUMEN - Este trabajo analiza las presencias y ausencias que los relatos periodísticos ponen en juego al abordar la violencia cometida contra niñas, niños y adolescentes por personas con las que tienen vínculos de sangre o de confianza y convivencia. El estudio parte de textos (cartas de lectores, artículos, editoriales, noticias y reportajes) publicados en 2008 y 2009 en tres diarios del estado brasileño de Minas Gerais: Estado de Minas, O Tempo y Super Notícia. Con el auxilio del Análisis de Contenido, se sistematizaron los relatos, señalando los tipos de violencia que aparecen con más frecuencia, así como los lugares en los que esos hechos ocurren y los actores que son identificados como responsables del gesto violento. A partir de ese análisis, se discute cómo los periódicos analizados confirman la existencia de “víctimas preferenciales” y de qué modo ciertos sucesos reciben más atención que otros.

Palabras clave: Niñas, niños y adolescentes. Prensa diaria. Violencia.

ON THE (DIS)CONTINUITY OF THE CASES IN THE NEWSPAPERS: the coverage of domestic violence against children and adolescents

ABSTRACT - This paper discusses the presences and absences that journalistic stories put into play to address violence against children and adolescents committed by people with whom they have ties of kinship or trust and coexistence. The analysis focuses on texts (letters from readers, articles, editorials, news and reports) published in 2008 and 2009, in three daily newspapers in the Brazilian state of Minas Gerais: Estado de Minas, O Tempo and Super Notícia. Based on Content Analysis, we have systematized reports, pointing out the types of violence that appear more frequently as well as the locations in which these events unfold and the actors identified as responsible for the violent gesture. We also discuss how the analyzed newspapers confirm the existence of “preferential victims” and how certain events receive more attention than others.

Keywords: Children and adolescents. Daily press. Violence.

INTRODUÇÃO

Compartilhamos neste artigo parte dos resultados encontrados pela pesquisa “Entre casos comoventes e noticiário cotidiano: (in) visibilidades engendradas pela cobertura da violência contra crianças e adolescentes em três jornais mineiros”, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, concluída em março de 2013. O trabalho dedicou-se à investigação do modo como o discurso jornalístico produz diferentes regimes de visibilidade na cobertura da violência cometida contra meninos e meninas em seu grupo doméstico. A motivação para esse estudo surgiu da intensa cobertura que a imprensa brasileira dispensou ao assassinato da garota Isabella Nardoni – morta aos cinco anos de idade, após ser arremessada pela janela do sexto andar de um edifício de classe média em São Paulo; e ao julgamento dos acusados pelo crime, Alexandre Nardoni e Anna Jatobá, respectivamente pai e madrasta da menina.

Assim como ocorreu com Isabella Nardoni, centenas de crianças brasileiras também são vítimas de gestos violentos que partem de familiares ou de pessoas próximas, com os quais mantêm vínculos de confiança, como professores e padres, por exemplo. Essas histórias rompem expectativas – uma vez que a agressão parte de quem se espera atitudes como proteção e respeito – e alcançam diferentes formas de visibilidade quando abordadas por veículos jornalísticos, podendo se desdobrar durante alguns dias ou ficando circunscritas a um pequeno texto, publicado em apenas uma edição do jornal. Ainda que alcancem as páginas dos jornais, esses casos não despertam a mesma atenção pública. Em virtude desse cenário, é que nos dedicamos a observar a dinâmica da cobertura jornalística na ocorrência do “caso comovente” (PEDEMONTE, 2010) e no noticiário cotidiano.

Os casos comoventes desdobram-se por vários dias no espaço restrito dos jornais. Se alcançam tal feito, é sinal de que a sociedade também deve lhes dedicar especial atenção. Como ressalta Pedemonte, “quando o caso jornalístico irrompe na agenda pública, os outros dois atores (os políticos e as pesquisas de opinião) são obrigados a manifestarem-se sobre o *issue* que se relaciona com o caso” (PEDEMONTE, 2010, p. 22, tradução nossa). Assim, tal noção, ao indicar certa ruptura em um quadro de normalidade, guarda muita proximidade com uma definição de acontecimento jornalístico e se apresenta como um conceito produtivo porque chama a atenção para os aspectos específicos do comportamento da mídia. Desse modo, a interrupção provocada

por esses casos diz não apenas do choque gerado sobre o dia-a-dia da audiência, mas interfere também nas próprias rotinas de produção dos meios de comunicação, que devem empreender procedimentos extraordinários para cobri-los (PEDEMONTE, 2010).

Nessa perspectiva, a hipervisibilidade de um caso, sua permanência na agenda pública e os debates que propulsiona revelam que estamos lidando com um “caso midiático comovente” e como realça Pedemonte, isso é fruto “de uma decisão dos jornalistas, até certo ponto aleatória, ao menos se se comparam tais casos comoventes com acontecimentos similares que passam praticamente inadvertidos” (PEDEMONTE, 2010, p. 21, tradução nossa). Para compreender a dinâmica dos acontecimentos jornalísticos, os estudiosos do campo possuem duas formas típicas de recortá-los, ora escolhem observar “grandes” casos, ora fazem um apanhado longitudinal de jornais por um longo período de tempo, de modo a identificar recorrências na cobertura. Em nosso estudo, procuramos utilizar elementos desses dois modos de abordagem ao colocar o caso Isabella – e outros que alcançaram uma repercussão de maior vulto – em relação com casos que parecem não afetar as rotinas do público e dos meios de comunicação a partir de uma forma específica de permitir o engendramento de “regimes de visibilidade”: o trabalho de produção da memória.

Os casos, além de funcionarem como articuladores de memória para o próprio jornalismo, também marcam seu lugar na memória coletiva. Se o foco sobre o presente é apresentado como uma das bases da atividade jornalística, deve-se ter em conta que ela precisa lançar mão de uma memória retrospectiva (passado) para posicionar eventos públicos num contexto (ZELIZER, 2008). Essa operação se dá a ver de duas maneiras: 1) um episódio recente pode ser lido a partir de referências de fatos passados, o que ajuda a tornar familiar o inesperado; 2) eventos atuais e passados são conectados pelo relato jornalístico porque oferecem um contexto histórico e interpretativo para a narrativa da notícia mais recente (BERKOWITZ, 2011). Por isso, refletir sobre quais dos “casos duráveis” são capazes de fazer memória parece-nos um marcador tão importante. Acontecimentos que ocupam um lugar privilegiado na memória funcionam como referências para a compreensão do presente e do futuro, eles ajudam os relatos a se tornarem familiares e compreensíveis, ao passo que também permitem aos jornais fazerem prospecções de como as coisas devem ser ou ocorrer (TENENBOIM-WEINBLATT, 2011).

1 METODOLOGIA DO TRABALHO

Realizamos a coleta de textos publicados por três jornais impressos mineiros (*Estado de Minas*, *O Tempo* e *Super Notícia*) em dois momentos diferentes. No primeiro, coletamos todos os textos relacionados à violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico publicados pelos três jornais no período de 28 de fevereiro a 28 de maio de 2008, de modo a monitorar a cobertura um mês antes da morte de Isabella Nardoni e dois meses após seu assassinato. No segundo momento de coleta, utilizamos o mesmo período (28 de fevereiro a 28 de maio), porém em 2009, de maneira a observar a cobertura um ano depois da ocorrência do grande caso.

Ao todo, a análise compreendeu 543 edições, considerando-se o somatório dos três veículos. Foram encontrados 955 textos em que meninos e meninas com menos de 18 anos de idade apareceram como vítimas de atos violentos em seu grupo doméstico. Ao pautar nossa observação pelo modo como o jornalismo atua no tratamento da violência cometida contra crianças e adolescentes, fizemos a opção por coletar textos de diferentes tipos e gêneros, tais como notícias, reportagens, editoriais, artigos e cartas de leitores, inspirados principalmente pelo trabalho de Ponte (2005). Tal estratégia mostrou-se pertinente por dois motivos principais: o primeiro é que permite identificar os casos que ultrapassam os limites do relato noticioso “comum” e chegam aos espaços mais nobres do jornal, nos quais se encontram os textos de opinião. As cartas de leitores, de modo específico, dão a ver quais são as histórias que alcançam repercussão junto ao público e como este reage diante delas. O segundo motivo é que todos esses textos passam por um crivo de seleção que é jornalístico, ou seja, mesmo que não tenham sido escritos por jornalistas ou editores, manifestam abordagens a respeito do tema que os jornais avaliam serem merecedoras de visibilidade. Levamos em conta também as peculiaridades editoriais dos veículos (jornais de referência e populares; o fator “proximidade”; o fato dos jornais impressos serem espaços ainda marcados pela publicação de pequenas notas e notícias sobre crimes violentos).

Para manejar este considerável volume de textos e sistematizar características que não poderiam ser identificadas apenas a partir da leitura dos relatos, uma estratégia metodológica mobilizada por nosso estudo foi a Análise de Conteúdo em sua modalidade temática, que consiste em descobrir “núcleos de sentido” do objeto escolhido (BARDIN, 1977; BAUER, 2008).

Para tanto, organizou-se um quadro de classificação que

permitiu sistematizar os tipos de agressão presentes nos relatos jornalísticos, os locais em que essas violências aconteceram, os agressores mencionados, o ritmo da publicação de textos em momentos de eclosão de casos comoventes, o número de textos publicados em cada jornal e sua distribuição pelos dois períodos em que se dividiu a coleta, dentre outras informações. Esse gesto deu origem a um mapa de referências, que explicitou aspectos salientes da cobertura e revelou informações importantes sobre o que foi publicado nos jornais e como esses relatos apareceram.

2 “O QUE” OS JORNAIS PUBLICAM?

Consideramos que um primeiro “achado” importante do trabalho reside no próprio fato de terem sido mapeados 955 textos relacionados à violência contra crianças e adolescentes no grupo doméstico nos três jornais monitorados. Ainda que a pesquisa não privilegiasse o viés quantitativo e os instrumentos dos quais lançamos mão para realizar a coleta apresentem limitações, consideramos que o número de textos encontrado no período de seis meses é significativo, em função de termos optado pela violência que se passa apenas no âmbito doméstico.

Esse dado também indica que se os três jornais demonstram interesse por esse tipo de ocorrência, há, no entanto, uma gradação relevante. Enquanto o *Super Notícia* concentra 49% dos textos, *Estado de Minas* e *O Tempo* respondem por 26% e 25%, respectivamente. Desse modo, a publicação que se filia à vertente do chamado jornalismo popular responde por praticamente o dobro de registros na comparação com os outros dois jornais, considerados alinhados ao jornalismo de referência. Contudo, essa diferença se exprime de modo acentuado em termos numéricos, mas não se manifesta de maneira aguda no tipo de cobertura realizado.

Tabela 1 Distribuição dos textos que compõem o corpus conforme publicação por jornal

Jornal	Quantidade de textos publicados	Percentual de textos publicados
Estado de Minas	468	49%
O Tempo	248	26%
Super Notícia	239	25%
Total	955	100%

Fonte: *Elaboração própria*

Em relação ao tipo de violência, também são registradas variações interessantes entre os anos. Na tabela a seguir, apresentamos um *ranking* das violências de acordo com os períodos da pesquisa.

Tabela 2 Ranking dos tipos de violência considerados os anos 2008 e 2009

Tipo de violência	2008	2009	Média 2008/2009
Homicídio	40%	20%	29%
Violência sexual	13%	40%	28%
Violência física	15%	13%	14%
Negligência	11%	8%	9%
Violência psicológica e Abandono	19%	15%	8%
Violência de modo genérico, Mau trato <i>in utero</i> e Trabalho abusivo	1%	2%	2%

Fonte: *Elaboração própria*

Considerando-se o conjunto dos textos, “homicídio” e “violência sexual” respondem pelos tipos de violência que aparecem com mais frequência, ficando praticamente empatadas com 29% e 28%, respectivamente. Mas o recorte por ano aponta para particularidades que precisam ser consideradas. Em 2008, 40% dos textos estão ligados ao tema “homicídio”, no entanto, em 2009, com a mesma porcentagem, o primeiro lugar é ocupado por “violência sexual”, que um ano antes aparecia apenas em quarto lugar, com 13%. Destaca-se que os textos relativos à categoria “homicídio” continuam a aparecer em quantidade expressiva, ocupando o segundo lugar em 2009.

Dois casos de grande repercussão ajudam a compreender a configuração dos primeiros lugares do *ranking*. Em 2008, de todos os textos coletados, cerca de 26% dizem respeito à morte de Isabella Nardoni, logo, pode-se atribuir a esse caso o fato da categoria “homicídio” ter ficado em primeiro lugar. Já em 2009, não se registra nenhuma ocorrência que exerça tamanha influência sobre “violência sexual”, a exemplo do papel desempenhado pelo caso Isabella. É possível identificar, no entanto, que um caso registrado em Alagoinha, no interior de Pernambuco, alcança um destaque considerável. Em fevereiro, os jornais começam a divulgar a história de uma menina de apenas nove anos que havia ficado grávida de gêmeos em decorrência de abusos sexuais cometidos pelo padrasto. Os médicos responsáveis pelo atendimento à menina sugeriram a realização do aborto. Então, o arcebispo de Olinda, dom José Cardoso Sobrinho, e o

presidente da república à época, Luiz Inácio Lula da Silva, pronunciaram-se sobre o caso, que se desdobrou ao longo de vários dias nos jornais. Desse modo, 13% de todos os registros de 2009 estão especificamente relacionados com essa ocorrência.

Em 2009, dois casos ligados à categoria “homicídio” alcançam maior repercussão. Em um deles, o pai sequestra a filha de cinco anos, rouba um avião e o lança sobre o estacionamento de um shopping em Goiânia. Pai e filha morrem nesse desastre, que alcança 15% de todos os relatos de homicídio registrados no ano. No outro, uma menina de 12 anos é esfaqueada pela vizinha em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. As notícias ligadas a esse caso são responsáveis por 11% dos registros sobre homicídios em 2009. Como a somatória desses dois casos de maior repercussão atinge apenas 26%, verificamos que é um conjunto de relatos de “pequenos crimes” que compõem a categoria homicídio de modo majoritário, levando-a a ocupar o segundo lugar no *ranking*.

Já o “abandono”, que em 2008 aparece em terceiro lugar, sendo relacionado a 14% dos textos coletados, em 2009 aparece em apenas na sexta posição, com 4%. É interessante observar que em 2008 não há nenhum caso que exerça grande influência sobre esse resultado. A ocorrência com maior número de menções se passa em Ribeirão das Neves e diz respeito ao abandono de um menino de um ano encontrado próximo a um matagal, mas os registros relativos a essa ocorrência chegam a apenas 22% do total de textos relativos a “abandono” em 2008. Assim, é também a soma de relatos pontuais que leva essa categoria a ocupar um lugar de destaque em 2008.

Em 2009, a “violência psicológica” fica em quarto lugar, com 11% dos textos, mais do que o dobro registrado em 2008 (5%). Essa mudança de posição é influenciada por dois casos. Um deles está diz respeito à disputa pela guarda de um garoto travada entre o pai, o norte-americano David Goldman, e a família materna do menino, residente no Rio de Janeiro. O embate mobilizou representantes dos governos brasileiro e norte-americano e alcançou repercussão mundial. Cerca de 21% de todos os textos que tratam da violência psicológica em 2009 estão relacionados com esse caso.

O trabalho de identificar a frequência com que os tipos de violência aparecem e de caracterizar elementos que interferiram nos índices mapeados revelou um alto grau de aleatoriedade e incerteza sobre o que provoca a cobertura jornalística. Ainda que estudos longitudinais de grande fôlego, com acompanhamento de veículos durante largo período, possam oferecer uma série de outras informações sobre o tipo

de violência contra meninos e meninas que recebe atenção jornalística, ficou evidente que a “violência contra crianças e adolescentes” é um modo de olhar e agrupar os relatos jornalísticos proposto pelo nosso gesto de pesquisa, assim como pelos trabalhos de outros pesquisadores e organizações, como Ponte (2005) e Andi (2006).

No entanto, esse não parece ser o norte no cotidiano do trabalho realizado pelos jornalistas. A profusão de casos relatados mostra que em meio à diversidade de ocorrências, os jornais fazem uma “leitura de cenário” e escolhem o que vão noticiar em função de uma série de fatores, como a concorrência, o potencial de comoção daquela história e, sobretudo, a ocasião, que está ligada a aspectos do processo de produção jornalística: disponibilidade de pessoal para fazer a cobertura daquele evento, o modo como se definem as pautas em cada veículo, a existência de fontes disponíveis, entre outros elementos (MELO, 2010).

É preciso considerar também que o envolvimento de crianças e adolescentes como vítimas nas ocorrências funciona como um atrativo para a imprensa. Estudos acerca da cobertura de crimes violentos revelam a existência de vítimas preferenciais, ou seja, há segmentos que ao se tornarem alvos de violência despertam mais atenção e, conseqüentemente, alcançam maior destaque nos meios noticiosos (ANTUNES, 2012; GREER, 2007; MELO, 2010; VARJÃO, 2008). Nesse sentido, os autores apontam a idade, diretamente relacionada à impossibilidade de defesa da vítima, como um fator relevante, devendo ser considerado em conjunto com outros aspectos, como raça, gênero e classe social. De modo geral, o que se observa nos textos analisados é que há meninos e meninas que são mais merecedores do status de vítima do que outros (GREER, 2007).

3 QUEM AGRIDE E ONDE?

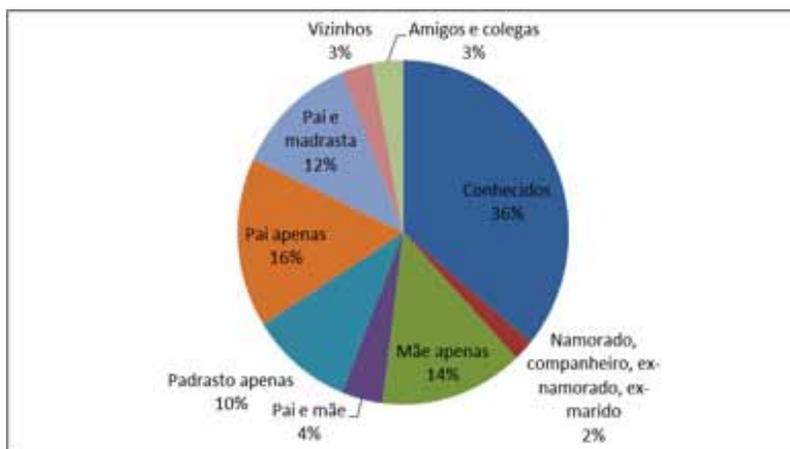
A sistematização dos dados mostra que no grupo doméstico o pai ocupa o lugar de principal agressor. Considerando-se os anos de 2008 e 2009, em aproximadamente 16% dos textos a violência parte somente do pai da vítima, ou seja, os relatos não apontam para nenhuma outra pessoa que tenha participado da agressão.

As mães aparecem em segundo lugar, sendo mencionadas como as únicas responsáveis pelo gesto de violência em 14% dos textos. Atuando de modo conjunto, o pai e a mãe aparecem como agressores em cerca de 4% dos textos. Já o pai e a madrasta aparecem como a dupla responsável pela violência em 12% dos casos e esse índice é composto quase que de modo exclusivo pelos textos que tratam da

morte de Isabella, uma vez que dos 121 textos que o compõem, apenas dois estão relacionados com outros casos. Em quarto lugar, aparecem os padrastos, apontados como os únicos agressores em 10% dos textos. Por outro lado, não há registro em nossa pesquisa de algum caso em que a madrasta tenha atuado sozinha no cometimento de agressões.

O grupo doméstico aparece na sequência e se dá a ver em quatro categorias: conhecidos (36%), amigos e colegas (3%), vizinhos (3%) e namorado, companheiro, ex-namorado e ex-marido (2%). Desse modo, constatamos uma participação expressiva de membros do grupo doméstico como autores de violência contra crianças e adolescentes, além daqueles que fazem parte da família propriamente dita, como os pais e os irmãos. Mesmo restringindo o universo das vítimas a pessoas com menos de 18 anos, namorados, companheiros, ex-namorados e ex-maridos já aparecem entre os agressores. Esses relatos não perfazem um percentual expressivo (alcançam cerca de 2% de todo material pesquisado), mas chamam a atenção por sinalizarem uma manifestação precoce da violência nas relações amorosas. Além disso, são fortemente perpassados pelo viés do gênero, pois em todos eles as vítimas são do sexo feminino e os agressores do sexo masculino.

Gráfico 1 Principais agressores considerando os anos de 2008 e 2009



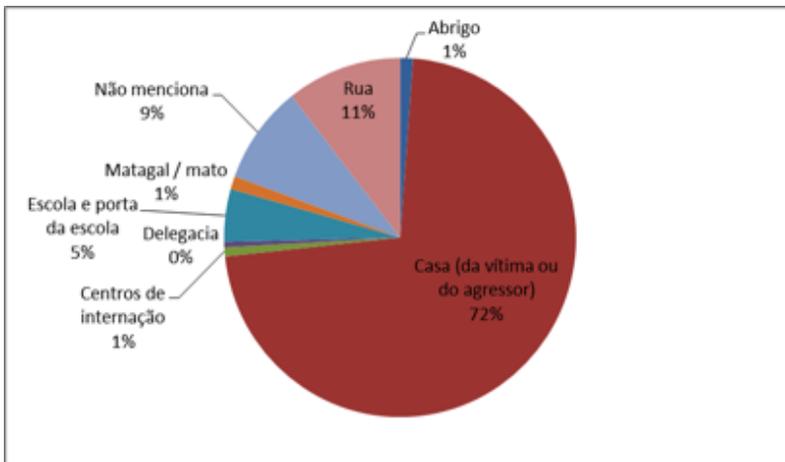
Fonte: *Elaboração própria*

Em outras formas de violência, a relação entre os gêneros repete essa mesma dinâmica. O gênero masculino marca uma presença bastante acentuada no universo de agressores, com o pai sendo apontado como o principal agente da violência. Se considerarmos a figura do padrasto,

os homens aparecem como agressores exclusivos em 26% dos relatos. Já entre as vítimas o cenário se inverte. Nos casos em que foi possível identificar o sexo da vítima, as meninas foram vítimas exclusivas em 68% dos textos, contra 32% que mencionaram apenas meninos. Nesse cenário, é preciso considerar que dois casos de grande repercussão, o caso Isabella e a violência sofrida pela menina de nove anos em Alagoinha, possuem homens como agressores (pai e padrasto, respectivamente) e meninas como vítimas.

Se entre os principais agressores estão pai, mãe e padrasto, é de se esperar que a casa se configure como o espaço da agressão e é justamente isso o que acontece: em 72% dos relatos, a casa, seja da vítima seja do agressor, é o local em que ocorre a violência. Em seguida, aparece a rua, com um percentual bem inferior, de apenas 11%. Em 9% dos casos não houve menção ao local da agressão. Escola, abrigo, centro de internação e outros espaços aparecem com percentuais bem menores, como é possível observar no gráfico:

Gráfico 2 Locais onde ocorre a agressão considerados os textos publicados em 2008 e 2009



Fonte: *Elaboração própria*

4 DAQUELES QUE “DURAM” MENOS

Em nossa pesquisa, os relatos pontuais, publicados em apenas uma edição do jornal, são maioria. Isso significa que os jornais não buscam pelas consequências dessas histórias, seus desdobramentos

e nem as acionam de modo explícito como uma “memória” para uma nova história que surja no dia seguinte. Assim, desse amplo universo de textos que fazem referência a um episódio citado apenas uma vez nos jornais, selecionamos alguns que possuem características que parecem marcantes e reveladoras do conjunto.

4.1 Violência institucional

Para analisar esse aspecto, escolhemos dois textos publicados no dia 29 de março de 2008, um no jornal O Tempo e outro no Super Notícia. Ambos reportam uma denúncia de maus-tratos e cárcere privado em um abrigo em São Gotardo, no Triângulo Mineiro. Como os dois jornais pertencem ao mesmo grupo editorial, ambas as notícias são assinadas pela mesma repórter e é possível observar que o texto publicado no O Tempo, com três parágrafos, é uma síntese daquele publicado no Super, que dedica cinco parágrafos ao relato do caso.

O que chama a nossa atenção é que diferentemente do que acontece em mais de 70% dos casos, o espaço da agressão não é a casa da vítima ou do agressor, mas o de uma instituição pública criada com o propósito de acolher crianças e adolescentes “vítimas de violência doméstica”, como explicam os dois jornais. O caráter institucional dessa violência torna-a ainda mais surpreendente, pois tal espaço é criado justamente para proteger meninos e meninas que já enfrentaram ocorrências de agressão em suas famílias.

Ambos os textos descrevem a situação encontrada no abrigo a partir do depoimento do presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que visitou a instituição após uma denúncia do conselho tutelar. A situação relatada pelo conselheiro é de extrema penúria: sete meninas estariam mantidas num cômodo com janelas fechadas, sem colchão e sem água, alimentando-se de pães velhos. As idades não são mencionadas, sabe-se apenas que foram para o abrigo por causa da violência doméstica. Os textos também não trazem explicações que ajudem a compreender o que as levou a serem privadas de liberdade, de um ambiente salubre e de uma alimentação adequada. No Super, é mencionado que a diretora disse apenas estar “cumprindo normas da instituição”. Evidentemente essas normas são legalmente incompatíveis com o que deve acontecer em espaços destinados ao acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil.

Apenas o Super deixa claro que além das sete meninas encontradas no quarto, o abrigo recebe outras crianças, que seriam 25

ao todo, com idades entre 3 meses e 17 anos. De modo geral, o texto de Super traz mais informações e ajuda a compreender um pouco melhor a denúncia. No entanto, há muitos pontos obscuros. Os dois textos mencionam a expulsão de uma jovem de 17 anos, que também teria sofrido agressões no abrigo, mas não é possível compreender o que ocorreu. Essa e outras dúvidas continuarão sem resposta, uma vez que não encontramos em nenhum dos jornais outra notícia que trouxesse desdobramentos sobre o caso. A ausência de notícias relacionadas a esse episódio em dias posteriores provoca estranhamento, pois o quadro é bastante grave e, ainda que o presidente do Conselho Municipal confirme que as garotas tenham sido encontradas presas, há controvérsias que poderiam funcionar como incentivo para que os jornais continuassem a investigar o caso.

4.2 Invisibilidade do dano psicológico

Se a violência dentro de instituições aparece com pouca frequência no material coletado, outro aspecto que se destaca por sua dimensão invisível é a “violência psicológica”. Considerados os textos publicados em 2008 e 2009, esse tipo de agressão aparece em quinto lugar, empatado com “abandono”, o que corresponde a 8% da amostra.

É preciso considerar que as violências se dão recorrentemente em associação e, ainda que o relato jornalístico ressalte marcas físicas, é evidente que o sofrimento psicológico também ocorre quando uma criança ou adolescente é vítima de negligência, abuso sexual ou abandono, para citar apenas algumas agressões. Entretanto, o que observamos é que os relatos não trazem à tona essa face da agressão e privilegiam a descrição dos locais e das condições físicas em que as vítimas foram encontradas.

Como nosso gesto de classificação se dá em função dos aspectos realçados pelos jornais, os casos que colocamos sob a rubrica da “violência psicológica” são aqueles em que é clara uma situação de violência, porém ela não implica dano físico. Dessa forma, o dano psicológico só apareceu com destaque em casos de tentativa de “venda” de crianças, sequestro, alienação parental, atos violentos praticados contra outras pessoas, presenciados por meninos e meninas, e numa situação bastante localizada, em que o Ministério Público moveu uma ação contra dois casais que adotaram duas meninas e as devolveram à Justiça sem explicar o que os levou a tomar tal decisão.

A notícia “Mais um final trágico”, publicada pelo *Super* em maio

de 2009 é bastante representativa desse universo. Inconformado com a separação, o marido mata a esposa a facadas “na frente do filho de três anos” (SUPER NOTÍCIA, 18/05/2009), como ressalta o jornal na chamada de capa. No interior da notícia, a presença da criança e o sofrimento a que é submetida são descritos da seguinte maneira: “no momento do assassinato, o filho do casal estava no local e começou a chorar, ouvindo os gritos da mãe pedindo socorro” (SUPER NOTÍCIA, 18/05/2009). Desse modo, o choro aparece como a expressão do sofrimento e é interessante notar a cadeia de relações que o jornal estabelece: a criança chora ao ouvir os gritos da mãe. Assim, o relato assume um tom em que parece ser elaborado por alguém que presenciou o crime e, mais do que isso, é capaz de interpretar a reação do menino.

5 DAQUELES QUE “DURAM” MAIS

Apesar do grande número de textos que compõem nossa pesquisa, não foi difícil identificar os casos que conseguiram se fixar por mais tempo sobre a superfície dos jornais. Para compreender essa “durabilidade”, utilizamos como critério a quantidade de dias em que foram publicados registros relacionados àquela história. Desse modo, chegamos a nove casos, que ainda que agrupados no mesmo conjunto, constituem um regime de aparição bastante heterogêneo, como mostra a tabela 3.

Quando se observa o conjunto, salta aos olhos a enorme discrepância do caso Isabella em relação aos demais. Identificamos registros relacionados ao caso ao longo de 65 dias, considerados os anos de 2008 e 2009. Vale ressaltar que, no ano de 2008, há registros até o dia 28 de maio, quando estabelecemos o limite de nossa coleta, ou seja, podemos assegurar que o caso perdurou por outros dias além daqueles considerados em nossa pesquisa, embora não seja possível contabilizá-los.

Também se deve considerar a longa sequência de publicação: identificamos registros que vão do dia 31 de março de 2008 a 23 de maio de 2008, ou seja, por pelo menos **54 dias** o caso foi reportado pelos jornais mineiros sem interrupção, o que significa que durante todo o mês de abril de 2008 foram publicados textos relacionados à morte de Isabella. Nenhum dos outros casos identificados em nossa pesquisa possui um regime de aparição tão consistente. Basta considerar, por exemplo, que a história da menina de Alagoinha, que aparece em segundo lugar na tabela, apresenta registros que chegam a 21 dias.

Tabela 3 Casos considerados “duráveis”

Caso	Quantidade de dias e ano de publicação
Isabella Nardoni: aos cinco anos, menina é encontrada morta no jardim do prédio em que moravam o pai e a madrasta, que são acusados de assassiná-la.	57 dias em 2008 e 8 dias em 2009 (Total: 65 dias)
Alagoinha: menina de nove anos fica grávida de gêmeos em decorrência dos abusos cometidos pelo padrasto.	21 dias em 2009
Fritzl: pai austriaco manteve a filha em cárcere privado por 24 anos e teve sete filhos com ela.	6 dias em 2008 e 9 dias em 2009 (Total: 15 dias)
Sean: pai norte-americano aciona a justiça para reaver a guarda do filho que, aos quatro anos de idade, foi trazido ao Brasil pela mãe e, desde então, não voltou a ter contato com o pai.	10 dias em 2009
Menina assassinada em Uberlândia: menina de doze anos é esquartejada. A vizinha é a principal suspeita de ter cometido o crime. Catanduva: uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado começa a investigar uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em Catanduva, interior de São Paulo.	9 dias em 2009 9 dias em 2009
Janken: ex-jogador de futebol é acusado de matar a esposa, em São Paulo, e fugir com o filho de um ano de idade. Menina torturada em Goiânia: menina de doze anos é torturada por empresária.	8 dias em 2009 8 dias em 2008
Menino encontrado no matagal em Ribeirão das Neves: menino de um ano de idade é encontrado sozinho em um matagal no município de Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte.	4 dias em 2008

Fonte: *Elaboração própria*

Se em termos de continuidade esses dois primeiros casos apresentam diferenças, as rotas seguidas pelas coberturas os distanciam de modo ainda mais significativo. Enquanto os textos que tratam do caso Isabella mantêm uma relação estreita com a menina, os agressores e a violência sofrida, tecendo um relato praticamente diário dos passos percorridos pela investigação, a cobertura sobre o caso da menina de nove anos segue um caminho bastante diferente e revela um

progressivo e acentuado afastamento em relação à vítima e à situação enfrentada por aquela família.

Os primeiros textos que identificamos em nossa pesquisa sobre o caso da menina de Alagoinha são publicados no dia 28 de fevereiro de 2009. No fragmento de *O Tempo*, além da menina de 9 anos, que está grávida, menciona-se que o padrasto também abusava da irmã mais velha, de 14 anos (O TEMPO, 28/02/2009). Posteriormente, o *Estado de Minas* e *Super Notícia* também citam as agressões à irmã, mas se trata de uma vítima invisível, pois dos 71 textos relacionados ao caso, apenas sete fazem referência à irmã e sempre de modo bastante ligeiro. A invisibilidade a que se relega a menina chega a ser perversa e se exprime no descuido dos jornais ao mencioná-la. O *Super Notícia* diz apenas que ela tem 14 anos. *O Tempo* e *Estado de Minas* mencionam que possui deficiência, mas as informações são desconstruídas. Nas edições dos dias 28 de fevereiro, 5 e 11 de março, *O Tempo* apresenta as respectivas definições para a menina: “deficiente”, “portadora de deficiências física e mental” e “adolescente deficiente de 13 anos” (O TEMPO). Note-se que nessa última definição há mudança na idade, que em todos os outros textos é mencionada como sendo de 14 anos. No *Estado de Minas*, o primeiro texto que faz menção à adolescente diz que ela tem “deficiência física” (ESTADO DE MINAS, 02/03/2009). Cinco dias depois, diz-se que a menina “tem problemas mentais” (ESTADO DE MINAS, 07/03/2009) e no último fragmento publicado pelo jornal a adolescente é apresentada como “deficiente mental” (ESTADO DE MINAS, 29/03/2009).

Não podemos dizer, contudo, que as atenções voltam-se para a menina de 9 anos que, no dia 4 de março, é submetida ao aborto. O procedimento é autorizado pela família e não infringe leis brasileiras, pois a gravidez decorria de estupro e representava risco à saúde da mãe. No entanto, a Igreja Católica tenta impedir a realização do aborto e, depois que ele acontece, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, posiciona-se de modo contundente. “O líder [arcebispo] afirmou que todos os envolvidos no procedimento cirúrgico, incluindo os médicos e integrantes de ONGs feministas que apoiaram a interrupção, com exceção da menina, foram excomungados da instituição religiosa” (ESTADO DE MINAS, 05/03/2009).

À época, o ministro da saúde, José Gomes Temporão, e o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestaram-se de modo contrário ao arcebispo e a repercussão do posicionamento dos líderes políticos e religiosos é que passa a dar o tom da cobertura. Trava-se um embate sobre quem estaria com a razão: a Igreja ou o Estado? O

desenrolar da história torna-se uma questão periférica. A menina, sua irmã e o sofrimento que atravessam desaparecem.

Os dois últimos registros que encontramos adotam uma espécie de “retorno ao caso propriamente dito” e dão destaque ao fato de que a mãe também foi indiciada pelo inquérito policial. Os textos, publicados no *Estado de Minas* e n’*O Tempo*, no dia 29 de março de 2009, possuem vários trechos idênticos, o que indica que foram reproduzidos a partir de agências de notícias. A tônica dos relatos é a desconfiança sobre o papel exercido pela mãe. Há destaque para a fala do delegado: “Faltou à mãe responsabilidade de zelar pelas filhas, afinal, ela diz que cuidava pessoalmente da higiene das crianças, que acompanhava o dia-a-dia das filhas. Como não notar o estupro e a gravidez numa situação como essa?” (ESTADO DE MINAS, 29/03/2009).

Sobre o futuro da família, o *Estado de Minas* informa que o padrasto continua preso e que “a expectativa é de que mãe e filhas passem a morar em um bairro do subúrbio de Recife e sejam integradas em programas sociais governamentais” (ESTADO DE MINAS, 29/03/2009). Um desfecho pouco promissor, mas coerente com a história que se desenhou até ali, para mulheres pobres vindas do interior de Pernambuco não haveria muitas possibilidades além da periferia da capital, e isso não é apresentado como algo problemático pela cobertura jornalística, ainda que signifique a possibilidade de que continuem expostas a outras violências.

6 DURABILIDADE E MEMÓRIA

A disposição dos casos em ordem decrescente de durabilidade (Tabela 3) mais uma vez reforça a heterogeneidade do grupo formado pelas crianças e adolescentes que são vítimas da violência. Nesse conjunto de vítimas consideradas “ideais” (GREER, 2007; PONTE 2005) há não só o reconhecimento de uma hierarquia interna, que vai do grupo que vive uma “infância ideal” àqueles que têm esse período de vida marcado por toda sorte de adversidades, como também a necessária consideração de que “aspectos tais como classe social, gênero, idade e etnia são variáveis que incidem sobre o interesse da mídia noticiosa para divulgar crimes violentos” (ANTUNES, 2012, p. 279).

Isso nos ajuda a compreender melhor a relação entre os casos “duráveis” e a capacidade de os acionarmos em nossa lembrança. Os primeiros quatro casos são bastante ilustrativos nesse sentido. É desnecessário falarmos do quanto o caso Isabella tornou-se conhecido pelos brasileiros. Rápidas menções aos casos do austríaco Joseph Fritzl

e do menino brasileiro Sean Menezes também despertam lembranças. No entanto, não parece ocorrer o mesmo com a história da menina de Alagoinha, ainda que tenha alcançado repercussão internacional à época, uma vez que representantes do Vaticano também se pronunciaram motivados pelas declarações do arcebispo brasileiro.

Certamente o “apagamento” da menina ao longo da cobertura em função da discussão de temas mais abrangentes contribui para isso; no entanto, esse movimento não pode ser analisado distante do modo de hierarquização de vítimas. Se adotamos a classe social como um filtro para a análise, Isabella Nardoni, Elizabeth Fritzl e Sean Menezes aproximam-se, ao mesmo tempo em que estão em situações diferentes daquela vivida pela menina de Alagoinha.

Dessa forma, observar o conjunto dos “casos duráveis” mostra que considerar a continuidade que aquela história desenhou nas páginas dos jornais não é suficiente para que alcance o status de um “caso”, no sentido de que irá se configurar como um modelo ou referência para coberturas futuras. Para o trabalho jornalístico, o caso exerce uma função projetiva, pois, ao mesmo tempo em que lembra o que já foi coberto, oferece insumos para a definição do que poderá se transformar em notícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A durabilidade ou a permanência dos casos nas páginas dos jornais pode separar ocorrências que despertaram mais a atenção no polo da produção jornalística daqueles relatos pontuais, episódicos, mas não é o único ponto que serve para distingui-los. Em relação aos casos “menos duráveis”, a recorrência na publicação das notícias, por mais paradoxal que pareça, contribui para que sejam relegados ao esquecimento.

Os relatos cotidianos de atos violentos cometidos contra meninos e meninas parecem reforçar mais a regularidade dos esquemas de interpretação acionados, que fazem com que os casos sejam percebidos de uma dada maneira – com determinadas formas de “iniciar” a história e de estabelecer causalidades – do que conferir aspectos singulares a essas ocorrências. Ao destacar essa contínua sucessão, o jornalismo reduz a possibilidade de que ocupem um espaço privilegiado na memória coletiva.

Entender os motivos que levam os relatos a percorrerem trajetórias diferentes no alcance da visibilidade e, conseqüentemente, na figuração da memória demandaria esforços que não cabem no escopo

deste artigo, mas podem ser empreendidos em outros trabalhos. Ao tecer essas breves observações acerca do assunto, nosso intuito é revelar os limites do critério da continuidade da publicação dos relatos na definição do que se tornará ou não um “caso” no universo da produção jornalística.

De maneira geral, as análises realizadas permitem dizer que “a violência contra crianças e adolescentes” aparece nas páginas dos jornais marcada por uma grande profusão de tipos, violências, agressores e vítimas. O que compreendemos ser resultado do modo aleatório como o jornalismo encara essas ocorrências, que sob o seu ponto de vista não se dão de modo articulado em um mesmo fenômeno, como o rótulo da “violência contra crianças...” que utilizamos em nossa pesquisa pode fazer parecer.

No entanto, em meio a essa grande variedade, mapeamos recorrências. O jornal *Super Notícia* cobre esse tipo de caso com regularidade, mostrando uma clara preferência por aqueles que resultam em morte, mas crianças e adolescentes também são vítimas preferenciais aos olhos do *Estado de Minas* e d’*O Tempo*, ainda que haja uma hierarquia no grupo formado por meninos e meninas.

Os pais aparecem como os principais agressores, mas as madrastas não assumem esse papel (a não ser no “grande” caso), ao contrário do que as clássicas histórias nos poderiam fazer supor. No conjunto das ausências, inquietou-nos o pequeno número de registros relacionados à violência no espaço das instituições e das famílias ricas e de classe média. Nesse sentido, a morte de Isabella Nardoni assume uma trajetória que a torna singular, é possível acompanhar o passo-a-passo na apuração daquele crime. Por outro lado, há situações como a que acontece na cobertura do caso da menina de Alagoinha, em que vítimas e agressores somem das páginas, que passam a ser ocupadas por conflitos políticos e religiosos.

REFERÊNCIAS

- ANDI. **Imprensa, infância e desenvolvimento humano**: uma retrospectiva de sete anos de análise de mídia. Brasília: 2006.
- ANTUNES, Elton. Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de. (Org.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 269-291.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008. p.189-217.
- BERKOWITZ, Dan. Telling the unknown through the familiar: collective memory as journalistic device in a changing media environment. In: NEIGER, Motti. et al. (Ed.). **On media memory**: collective memory in a new media age. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2011. p.201-212.
- GREER, Chris. News media, victims and crime. In: DAVIES, Pamela. et al. (Ed.). **Victims, crime and society**. London: SAGE, 2007. p. 20-49.
- MELO, Patrícia Bandeira de. **Histórias que a mídia conta**: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.
- PEDEMONTE, Damián Fernandez. **Conmoción pública**: los casos mediáticos y sus públicos. Buenos Aires: La Crujía, 2010.
- PONTE, Cristina. **Crianças em notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000). Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- TENENBOIM-WEINBLATT, Keren. Journalism as an agent of prospective memory. In: NEIGER, Motti. et al. (Ed.). **On media memory**: collective memory in a new media age. London: Palgrave Macmillan, 2011. p. 213-225.
- VARJÃO, S. **Micropoderes, macroviolências** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/22zbb/pdf/varjao-9788523204914.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2013.
- ZELIZER, Barbie. Why memory's work on journalism does not reflect journalism's work on memory. **Memory Studies**. v.1, Sage Publications.2008. p.79-87.

Elton Antunes possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea na UFBA (2007). Atualmente é professor da Universidade Federal de Minas Gerais e participa do Grupo de Pesquisa Imagem e Sociabilidade (Gris) e dedica-se às pesquisas em torno do jornalismo. É coordenador de comunicação do Projeto Manuelzão, ação de extensão da UFMG. Email: eantunes@ufmg.br

Eliziane Consolação Lara é Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: elizianejornalismo@gmail.com

RECEBIDO EM: 29/04/2013 ACEITO EM: 07/07/2013